

O CONTEÚDO E A ESSÊNCIA DA RECENTE POLÍTICA VOLTADA PARA A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL.

Hormindo Pereira de Souza Júnior
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação.
(PRPq/UFMG e Fapemig)
hormindojunior@gmail.com

A todo instante ouvimos falar que estamos em tempo de reestruturação produtiva de economia competitiva e de globalização. E, em face dessa realidade posta como "irreversível", a escola e as instituições de formação técnico-profissional necessitam ajustar-se. Esse ajuste postula uma educação e formação profissional que gere um "novo trabalhador"- flexível, polivalente e moldado para a competitividade. Caberia à escola e aos centros de formação profissional, nessa perspectiva, desenvolver um "banco" variado de competências e de habilidades gerais, específicas e de gestão próprias às atuais demandas do mercado capitalista de trabalho.

Ao não compartilharmos do ideário do ajuste a estas demandas, interrogamos os rumos dominantes da recente política voltada para a formação dos trabalhadores no Brasil. O governo de Fernando Henrique Cardoso, parte dos empresários, e mais recentemente o governo de Luiz Inácio da Silva, direcionaram e direcionam a formação técnico-profissional para atender às expectativas demandadas pelo mercado capitalista de trabalho. Mais que um horizonte democrático, desenha-se um processo de elitização, de reducionismo político-pedagógico e um terreno forte de tergiversação e estranhamentos.

O modelo neoliberal que se consolidou no Brasil durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso tomou a educação profissional como ponto importante da agenda traçada para as reformas educacionais. O argumento central era o da necessidade de modernizar a educação profissional tendo em vista os avanços tecnológicos e de organização e gerenciamento do trabalho.

Tendo em vista estes pressupostos, em 1997, após a aprovação da Lei n. 9.394/96, o Decreto n. 2.208/97 impôs um conjunto de reformas à educação Profissional no País, sendo a principal delas a separação estrutural entre o ensino médio e o técnico. Com este Decreto, a educação profissional passa a ser complementar à educação básica.

Mudada a estrutura do ensino técnico, avança-se para a reforma curricular, colocando-se a noção de competência como ponto principal. Segundo Ramos (2002:409),

Um currículo baseado em competência parte da análise do processo de trabalho, da qual se constrói uma matriz referencial a ser transposta pedagogicamente para uma organização modular, adotando-se uma abordagem metodológica baseada em projetos ou resolução de problemas. Estudos guiados por esses princípios foram realizados pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC) e encaminhados à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, originando as Diretrizes e os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional (DCNs e RCNs).

Este Decreto é apenas um dos exemplos das significativas mudanças na educação brasileira, realizadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso tendo como Ministro da Educação o Sr. Paulo Renato. O período de 1997 a 2004 será um marco na educação profissional e parte desta importância se deve ao decreto 2.208/97, que contribuiu para o fim, mesmo que temporário, da vinculação entre qualificação para o trabalho e elevação dos níveis de escolaridade. Com a troca de governos devido às eleições o então presidente Fernando Henrique Cardoso saiu e para seu lugar entrou Luiz Inácio da Silva, mas não foi só isso que alterou com as crescentes críticas ao decreto 2.208/97 em 2004 ele é revogado.

Na década de 90 tornou-se popular o discurso sobre a elevação da educação básica, cuja finalidade era a entrada no mundo competitivo e esse discurso era tanto de instituições públicas como privadas. E a ênfase das políticas atribuída à educação passa a ser as supostas exigências do mundo produtivo. Na LDB 9.394/96 a educação profissional passa a ser vista como desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, e indica algumas formas para a sua organização. E esta flexibilidade foi parcialmente absorvida pelo decreto 2.208/97 que se limitou à concomitância e a seqüenciação como únicas

alternativas de articulação entre educação profissional e os outros níveis de escolaridade, estabelecendo uma relação de independência da primeira em relação à segunda.

Apesar da LDB 9.394/96 ter supremacia, o decreto 2.208/97 acabou ganhando força pela pressão exercida pelo governo representante das forças que compõem o Estado brasileiro. Este decreto foi utilizado como instrumento de política educacional para a implementação de um sistema paralelo de educação profissional assentado no princípio da dualidade.

Essa dicotomia já vinha acontecendo na educação de forma paralela e a partir de 1997 passa a ser uma orientação legal. A opção da política educacional pública foi clara, prevaleceu à oferta de cursos básicos e cursos técnicos, concomitantes ou seqüências, levando a quase extinção do ensino médio de caráter profissionalizante. Pois de acordo com a LDB poderia continuar oferecendo esta modalidade, mas não conseguiria receber recursos de convênios firmados com o Banco Mundial. O decreto 2.208/97 quase que inverteu a compulsoriedade da lei 5.692/71, pois enquanto esta tornou obrigatória a profissionalização no ensino médio, o decreto acabou forçando os sistemas de ensino a ofertarem exclusivamente o ensino médio de formação geral.

A histórica dualidade entre formação geral e formação profissional passa a ser assumida como uma característica positiva da política educacional brasileira a partir de então, com a separação inequívoca entre o propedêutico e o técnico.

Sob a orientação das políticas de financiamento o decreto 2.208/97 contribuiu para a desarticulação entre formação para o trabalho e elevação dos níveis de escolaridade ao mesmo tempo em que possibilitou o barateamento do ensino médio e proporcionou um agravamento dos processos de desescolarização dos trabalhadores.

Em 23 de julho de 2004 é publicado o Decreto 5.154/96, do Presidente Luiz Inácio da Silva, regulamentando quatro artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

Este decreto prevê que a articulação entre o ensino médio e técnico de nível médio deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, as normas dos sistemas de ensino e as exigências de cada instituição, segundo o seu projeto pedagógico.

O decreto presidencial estipula que a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas em três níveis: 1. formação inicial e continuada de trabalhadores; 2. educação profissional de nível médio; 3. educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores deverão estar articulados com cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

A política do governo de Fernando Henrique Cardoso procurava recolocar a questão da educação profissional na pauta da construção de um novo modelo de desenvolvimento e da própria modernização das relações capital-trabalho. Procurou-se resgatar a qualificação, entendida como “recuperação e valorização da competência profissional do trabalhador”, que não seja apenas uma questão de desempenho técnico, mas, também, de cidadania. A educação seria hoje uma necessidade das empresas, interesse dos trabalhadores e da própria sociedade, dentro de uma “estratégia integrada, construída mediante articulação entre os vários atores sociais”. Isto implica “repensar a educação geral e profissional”, diante de um novo “perfil de competências no mercado de trabalho” de modo que se perde, então, o sentido da “dicotomia entre educação-formação profissional e a correspondente separação de campos de atuação entre instituições educacionais e de formação profissional”. Para tanto, a educação básica ou escolaridade de primeiro e segundo graus diz respeito à formação do cidadão, e a formação profissional seria complementar. Porém, “a educação profissional exige foco no mercado, foco na empregabilidade, entendida não apenas como capacidade de obter um emprego mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação”.

Identifica-se nos documentos produzidos pelo governo, várias referências que subsidiam uma determinada noção de formação profissional.

A partir de uma perspectiva histórico-crítica, que avance em relação a dicotomização da educação profissional e das orientações teóricas fornecidas pela Teoria do Capital Humano e pelo tecnicismo, a política governamental referendava a equivalência dos conhecimentos propedêuticos e profissionalizantes e, em face da reestruturação produtiva, buscava formar profissionais cidadãos a partir de uma educação profissional integral, seqüenciada e orgânica, e integradora, promovendo a polivalência, tendo ainda como referência a idéia de “excluídos, enquanto clientela-alvo; ‘empregabilidade’, enquanto objetivo maior; conhecimentos/atitudes, enquanto resultados esperados na capacitação ou formação profissional de hoje”.

A promoção do desenvolvimento sustentado e a formação voltada para a construção da cidadania plena são referências que devem nortear a formação de trabalhadores que saibam fazer, que tenham conhecimentos referentes a um núcleo de reflexões e, acima de tudo, saibam aprender. Estabelecendo relações entre conhecimentos e expressões culturais e emocionais.

Como vemos, esta é uma concepção de educação profissional que procura utilizar termos como ensino profissional, formação profissional, ou técnico-profissional, qualificação, requalificação, capacitação, polivalência, politecnia, todos voltados para uma determinada formação do trabalhador como um “curativo” fundamental ao desemprego, ao subemprego e a precarização do trabalho.

Machado (1996), já nos alertava para a utilização do termo qualificação sem uma maior explicitação de seu conteúdo teórico-conceitual. Segundo a autora, as noções de qualificação/requalificação são geralmente tratadas dicotomicamente ou formalmente, e acabam não dando conta das diferenciações internas aos processos de produção. A qualificação é geralmente definida “pelo inventário das características do trabalho artesanal, do antigo ofício unitário, da profissão”, a partir das quais definem-se atividades consideradas mais ou menos qualificadas.

Frigotto (1995), realiza sua discussão apresentando a relação entre a exigência de novas qualificações e a educação básica. Busca superar a ideologização e o discurso laudatório dos organismos internacionais, no sentido de que, na economia global, em um mundo de energias não renováveis, o conhecimento é o principal recurso e estaria ao alcance de todos através da educação. Esta crença conduziria à defesa do trabalhador polivalente, capaz de passar facilmente de um trabalho a outro. Neste sentido, colocam-se novas demandas, uma nova “qualidade”(sic) da educação escolar e dos processos de qualificação e de requalificação da força de trabalho. Para o autor, na visão empresarial, face à reestruturação produtiva sob nova base técnica, isto significaria efetivar a reconversão tecnológica dos trabalhadores de modo a tornar a produção competitiva. E acrescenta que os ajustes neoliberais operam o “rejuvenescimento” da Teoria do Capital Humano, no sentido de atribuir à educação a responsabilidade de compensar as diferenças que são produto de condições socioeconômicas. Ou seja,

tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos, ficam subordinadas à lógica do mercado e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão. (Frigotto,1995:145).

Não nos parece que o atual governo do Presidente LULA esteja partindo de princípios, concepções e expectativas diferentes das acima pontuadas e o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 bem como todas as outras intervenções do governo na educação brasileira demonstram claramente a continuidade de propósitos da política educacional dos governos FHC.

Grande parte da literatura sobre educação profissional, têm trazido em pauta o permanente questionamento sobre a falta ou a pouca clareza quanto as reais mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no mundo da escola, na atualidade. Discute-se ainda o desafio de superação das contradições entre a educação profissional orientada exclusivamente pelos valores do mercado de trabalho capitalista e a educação voltada para uma perspectiva humanista, propedêutica e ao longo da vida.

Alguns autores são enfáticos ao afirmar que a responsabilidade social da escola deve ser a de atualização histórico-cultural dos cidadãos. Isso implicaria numa preparação para o viver bem, para além do simples viver para o mercado e para o capital.

É importante lembrar que o desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas alterou não apenas a vida social como causou profundas alterações no processo produtivo, passando a exigir um novo profissional diferente do requerido pelos modelos taylor-fordistas de divisão social do trabalho. O trabalhador formado para atender estes modelos de gestão obedecia a uma lógica do fazer dissociada do pensar. Sua competência se definia simplesmente pelo conhecimento da execução de uma tarefa, de um modo geral, repetida, padronizada, parcelada e operacionalizada em postos fixos de trabalho. A organização era concebida como uma divisão expressa por diferentes departamentos coordenados por posições formais distintas, distribuídas dentro de uma hierarquia. A ênfase estava nos sistemas de controle oficializados por aspectos prescritivos e normativos das funções.

Os atuais modelos, caracterizados pela introdução da microeletrônica e da informática bem como dos novos padrões de gerenciamento e organização do trabalho, “modelo flexível”, requer dos profissionais a realização de multitarefas, aliada ao domínio das variáveis intervenientes na interação do conhecimento saber-fazer. A competência do trabalhador está relacionada a capacidade de ordenar e dar sentido aos fluxos de dados e informações. Neste novo contexto de produção integrada e flexível, o trabalho em equipe reduz a importância de postos fixos e tarefas parciais. A capacidade de intervenção e a análise crítica de questões é valorizada, bem como a transferência e aplicabilidade do conhecimento adquirido.

A sociedade contemporânea aponta para a exigência de uma educação profissional diferenciada, uma vez que a tecnologia está impregnada nas diferentes esferas da vida social. Além da escolarização baseada em um bom currículo, de experiência e atualização técnica, outros atributos estão sendo agregados ao perfil profissional do trabalhador no que se refere à conduta comportamental ou de atitude.

Nas últimas décadas, em diferentes momentos, foram efetivados balanços importantes, tanto no plano da construção teórica, quanto nos recortes temáticos, das análises e pesquisas sobre a relação trabalho, sociedade, educação.

Cabe assinalar duas ordens de questões que, embora profundamente articuladas, se apresentam em níveis distintos e, portanto, são merecedoras de maior aprofundamento. A primeira busca situar, ainda que de forma breve e esquemática, os desafios teórico-metodológicos da relação trabalho, sociedade, educação no contexto da crise dos paradigmas das ciências sociais. Desta primeira ordem de questões deriva a segunda - a forma mediante a qual construímos nossas análises específicas do papel da educação na produção social da existência humana.

Trata-se de entender a formação humana, portanto, também a educação profissional, no contexto da reestruturação produtiva e da mundialização excludente e dramática proporcionada pelo capital no interior do capitalismo e, portanto, das novas formas de estranhamentos no trabalho. Por outro lado, de entendê-la, também, dentro dos limites ambientais e políticos do desenvolvimento industrial do tipo fordista e pós-fordista e das relações assimétricas de poder existentes hoje a nível global.

As pesquisas no campo das relações trabalho, sociedade, educação tem um amplo desafio para avançar no plano da construção teórica e no sentido de desvendar as mediações históricas - plano das relações materiais da produção social da existência, plano da cultura e, portanto, do simbólico e subjetivo. O atual momento histórico sobre o qual nos movemos, ao contrário da aparente evidência e clareza, é opaco, reificado e fetichizado. Novos personagens e “novas máscaras” movem-se nas relações sociais do capital no interior do capitalismo de sorte que a violência das relações de classe obscurecem, cada vez mais, seu fundamento. A idéia de revolução tecnológica, e os conceitos de sociedade do conhecimento, sociedade da informação (não mais sociedade de classe), formação de competências, formação polivalente e flexível, qualidade total e empregabilidade, em planos diversos, prestam-se para ampliar a fetichização e os processos de crescente mercantilização da educação e, em particular, da educação profissionalizante.

As pesquisas sobre as relações entre o trabalho, a sociedade e a educação podem encontrar um terreno fértil ao buscar desvendar, ao mesmo tempo, as mediações de segunda ordem, ordenadas pelo capital, cujo horizonte teórico é de natureza estrutural-funcional, e os elementos ou indícios de novas relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem¹ que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia, como expressões de “um novo industrialismo” e de “melhoria da qualidade da vida e busca de dilatação de tempo de liberdade - de fruição, gozo e realização humana.” Pesquisas que se pautem numa perspectiva histórica, necessariamente vincularão formas sociais da produção material da existência ou formas sociais de produção da “sobrevivência”, presentes nos movimentos e nas lutas sociais e processos de formação humana. Parte das pesquisas no campo trabalho, sociedade, educação sinalizam, por um lado, uma materialidade de formas de sobrevivência, organização e relações de trabalho diversas das formas dominantes e resultantes da exclusão do mercado formal de trabalho e, de outro, o desafio de entender os processos de formação humana articulados a esta nova realidade.

Apreender as mediações, no plano econômico-social, cultural, simbólico e educativo, que articulam os interesses e as lutas da classe trabalhadora é sem dúvida, o desafio crucial do campo trabalho, sociedade, educação. Os recortes temáticos tanto podem emergir da compreensão do núcleo contraditório das formas que assumem a relação capital-trabalho no contexto da aceleração de sua dinâmica mundializada, como das formas de organização do trabalho e processos educativos que emergem da organização dos excluídos deste processo. Este é, talvez, um dos aspectos que o campo trabalho, sociedade, educação têm dado pouca atenção. Portanto, torna-se fundamental uma imersão ao campo da Educação Profissional.

¹ Sobre as mediações de primeira e segunda ordem, ver MÉSZÁROS, 1995.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. Cortez Editora, 2001.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. SP. Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G. Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 83, p. 5 – 14, nov. 1992.

FRIGOTTO, G. Trabalho, não-trabalho, desemprego: problemas na formação do sujeito. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 18, ago./dez. 1992.

MACHADO, L. R. de Souza. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando Selmar. **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte. Movimento de Cultura Marxista. 1996.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Pedagogia fabril e qualificação do trabalho; Mediações educativas do realinhamento produtivo. Belo Horizonte: **FAE/UFMG**, 1995.238p.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Sociedade Industrial X Sociedade Tecnicizada: mudança no trabalho, mudança na educação? **Universidade & Sociedade**, São Paulo, n.5, p.32-37, 1993.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I. São Paulo: Difel, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Beyond Capital: Towards a Theory of Transition**. Monthly Review. London, Merlin Prêss. 1995. [Edição brasileira: Para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2004.]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”. Brasília, abril de 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, n. 80, V. 23, Número especial. 2002. CEDES, Campinas. SP.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: LDB trajetória limites e perspectivas**. Editora Autores Associados, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. A formação profissional nos anos 90: desafios e tendências. **Nauta: Revista Eletrônica**. Pesquisa e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais, n.1/2, jul. 2001. Belo Horizonte, PUC Minas, Lúmen Instituto de Pesquisa.